

CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Educação, Sr. Camilo Santana, para prestar esclarecimentos a respeito das ações relacionadas à renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito das ações relacionadas à renegociação de dívidas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹, como segue:

- 1. Qual é o número total de contratos do FIES renegociados até o momento? Quais são os valores totais renegociados e quais critérios têm sido utilizados para a concessão dos benefícios?
- 2. Quais são as medidas em curso para garantir a continuidade das renegociações do FIES? Existem prazos previstos para novas adesões ou etapas adicionais do programa?
- 3. De que forma o Governo Federal tem comunicado aos estudantes sobre os procedimentos, prazos e regras para as renegociações do FIES? Como têm sido tratadas as dúvidas geradas pelas recentes notícias?

https://caixanoticias.caixa.gov.br/Paginas/Not%C3%ADcias/2024/08-AGOSTO/Governo-Federal-nao-cancelou-renegociacoes-do-FIES.aspx; https://www.gov.br/secom/pt-br/fatos/brasil-contra-fake/noticias/2024/08/governo-federal-nao-cancelou-renegociacoes-do-fies; https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2024/08/08/erro-no-desenrola-fies-assusta-estudantes-que-aderiram-a-renegociacao-de-dividas-de-financiamento-estudantil.ghtml







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

- 4. Qual é o impacto financeiro das renegociações do FIES nas contas públicas? Existe previsão de alocação orçamentária específica para sustentar o programa no longo prazo?
- 5. Qual é a relação entre o Ministério da Educação e a CAIXA na operacionalização do programa de renegociação do FIES? Existem entraves operacionais que estejam dificultando o processo?
- 6. Há estudos ou propostas em andamento para alterar as regras de renegociação do FIES? Em caso afirmativo, quais são os objetivos e os impactos esperados dessas mudanças?

JUSTIFICATIVA

O governo atual realizou ajustes nas renegociações do FIES após identificar a concessão de descontos indevidos a 2% dos beneficiários. Apesar de alegar conformidade com a Lei 14.719/2023, que regula os critérios para descontos, estudantes afetados enfrentaram readequações significativas, gerando dúvidas sobre a gestão e a transparência do processo.

A CAIXA comunicou os ajustes por canais digitais e oferece opções de rerratificação ou cancelamento dos contratos renegociados. Contudo, a atuação do governo atual requer escrutínio, especialmente frente à repercussão de alegações de desinformação e ao impacto sobre milhares de estudantes.

O governo atual afirmou que as renegociações do FIES continuam, mas há dúvidas sobre a transparência e os impactos dessa política. Embora o programa seja essencial para estudantes endividados, o governo precisa detalhar os números de contratos renegociados, critérios aplicados e os custos para as contas públicas.

A falta de informações claras sobre as medidas e prazos levanta preocupações sobre a comunicação com os beneficiários e a articulação com a CAIXA, responsável pela operação do programa.

Essa situação exige maior fiscalização para garantir que o programa seja sustentável e efetivo. Dessa forma, o objetivo do presente requerimento é assegurar a clareza sobre as ações governamentais relacionadas ao FIES, garantindo que os







CÂMARA DOS DEPUTADOS Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

estudantes sejam devidamente atendidos e que as políticas públicas sejam executadas com responsabilidade e transparência.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



